

DEBATE

A AGENDA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA A RIO + 20

Quais as propostas que o movimento de Economia Solidária vai levar à Conferência Rio + 20 para enfrentar os graves problemas ambientais e sociais que afetam a humanidade? Como aproveitar este espaço, em particular o evento paralelo A Cúpula dos Povos Rio + 20, para construir uma agenda da Economia Solidária que articule a discussão do modelo de desenvolvimento econômico com a sustentabilidade e o meio ambiente? Para este debate convidamos o economista Jean Marc Von der Weid, coordenador do Programa de Políticas Públicas da AS-PTA; o físico Daniel Tygel, ex-secretário executivo do FBES e integrante do coletivo EITA; e Camila Moreno, coordenadora do Programa de Sustentabilidade no escritório do Brasil da Fundação Heinrich Boell.



“MAIS DO MESMO”
NÃO É UMA RESPOSTA
ÀS CRISES DESTE
INÍCIO DE SÉCULO

01

JEAN MARC VON DER WEID

JANEIRO/FEVEREIRO 2012



A Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como Rio 92 ou Eco 92, consagrou o conceito de sustentabilidade, muito embora diferentes atores econômicos e sociais disputem ferozmente a sua interpretação. Vários acordos internacionais foram assinados tratando de temas como aquecimento global e conservação da biodiversidade, entre outros. Ao longo dos últimos vinte anos, estes acordos foram sendo renegociados buscando o aprofundamento das medidas previstas frente a novos dados que mostravam a gravidade dos riscos ambientais incorridos pela humanidade. No entanto, a medida que se acumulavam evidências sobre a aceleração do aquecimento global e da perda da biodiversidade, os governos de quase todos os países tergiversavam sobre as medidas a tomar e sobre quem deveria recair os custos da conversão da economia mundial para um rumo sustentável.

A menos de 10 meses da Rio + 20, a nova conferência sobre desenvolvimento e meio ambiente da ONU, não se sabe o que propor e busca-se uma maneira de não mudar nada sem dar a aparência de não se fazer nada. A “solução” está sendo a de não tocar nos assuntos polêmicos e lançar uma “nova” iniciativa planetária que está sendo chamada de “economia verde”. O fiasco anunciado da conferência vai empurrar com a barriga a busca de soluções para uma crise cujas características apontam para o fim da civilização tal como a conhecemos. Frente à irresponsabilidade dos governos e das classes dominantes de todo o mundo, a sociedade civil busca uma mobilização global para avançar propostas que enfrentem de fato a crise.

O FIM DA ERA DO PETRÓLEO

Os impactos ambientais do presente modelo de desenvolvimento capitalista são tão dramáticos que tem escondido o fato de que o motor deste modelo, a energia fóssil barata obtida pela queima de petróleo, gás e carvão está, literalmente, em pane. Não há mais dúvidas sobre os limites das reservas de petróleo. A questão hoje é se o “pico” de produção já foi alcançado em 2010 ou se será alcançado em 2014 ou 2015. Isto não significa que a produção vai cair imediatamente, mas que o custo da extração será cada vez maior e que a queda, quando vier, será mais brusca e acentuada. As reservas de gás e de carvão são maiores e os picos respectivos estão previstos para 2025 e 2030, mas o esgotamento do petróleo deverá acelerar o consumo destes combustíveis e encurtar a duração das suas reservas.

No Brasil a discussão sobre o fim da era do petróleo está sendo abafada pela euforia verde amarela com o

nosso pré-sal. É claro que estas reservas são muito bem vindas para o país, e podem ser um magnífico colchão para uma transição a uma economia não dependente de combustíveis fósseis. No entanto, as elites dirigentes do Brasil encaram as reservas do pré-sal como se estivéssemos em pleno início do século vinte, onde os limites planetários destes combustíveis não eram perceptíveis nem imagináveis. Quanto petróleo há no pré-sal? Alguns afirmam que as reservas alcançam 80 bilhões de barris, mas ninguém informa se este montante é a quantidade que se pode extrair ou o volume total das mesmas. Mesmo admitindo que o volume de petróleo disponível seja o mais alto, este montante não é mais do que dois anos do consumo mundial previsto para 2030, quando a extração destes poços estará a todo vapor. Ou seja, não é muita coisa quando se considera a questão globalmente, embora seja muito para um só país no momento em que os poços estarão se esgotando em todo o mundo.

A importância do petróleo na economia é de tal ordem que se tem dificuldades em imaginar como será o mundo em que viveremos sem esse combustível ou com os preços do mesmo superando os US\$150 por barril como se viu na crise de 2008. O que se pode esperar de uma crise de esgotamento dos combustíveis fósseis é um *crash* econômico colossal com todas as consequências sociais de um desemprego maciço, déficits gigantescos na produção alimentar, desestruturação dos estados, violência, etc. Não se pode deixar de notar que as últimas guerras envolvendo os países desenvolvidos tinham um pano de fundo de disputa por acesso a reservas de combustíveis fósseis, sejam eles o gás do Afeganistão ou o petróleo do Iraque e da Líbia. As guerras futuras serão ainda mais agressivas na medida em que o modo de vida das populações dos países desenvolvidos vai se tornando insustentável e seus governantes tentarem disputar os recursos naturais não renováveis onde os mesmos se encontrarem.

O fim dos combustíveis fósseis pode parecer uma benção disfarçada, pois eliminará um dos maiores causadores do aquecimento global, mas sem uma política consciente de reconversão do uso destas fontes de energia por outras, mais limpas e renováveis, o seu processo de esgotamento será acompanhado pelo seu uso sem limites. Para dar um exemplo, a cada aumento do preço do petróleo ocorreu uma retomada ou aumento do uso de fontes mais poluentes como carvão. O impacto ambiental do uso até o esgotamento dos combustíveis fósseis vai ser suficiente para elevar a temperatura média da terra em mais dois graus além das previsões mais pessimistas para este século.

UMA AGENDA ALTERNATIVA

Muitas organizações da sociedade civil em todo o mundo compartilham de uma visão sobre a prioridade a ser dada nos debates da Rio+20. Pelas dificuldades e complexidades de se tratar todos os temas emergentes simultaneamente, a idéia é concentrar as discussões e os acordos no tema da agricultura e seus impactos no meio ambiente. Com efeito, a agricultura e, mais ainda, a cadeia alimentar completa, dos campos à mesa do consumidor, representa 33% do consumo energético mundial, é responsável (direta e indiretamente) por quase metade da emissão dos gases de efeito estufa, consome 70% de toda a água doce do mundo e é, sem dúvida, a atividade humana de maior impacto na biodiversidade. Além disso, a alimentação será um fator de tal modo estratégico na manutenção de um mínimo de ordem social quando do colapso das fontes de energia fóssil que não pode haver dúvida sobre a prioridade a ser dada na busca de alguma solução sustentável para a sua produção.

No presente momento, o mundo produz o suficiente para alimentar a totalidade dos seus 7 bilhões de habitantes. A existência de 1,2 milhão de famintos não é por falta de produto, mas de possibilidade de acesso a alimentos devido à pobreza, quer de nações quer de pessoas. No entanto, estima-se que será necessário dobrar a produção de alimentos até 2050 quando se espera que a população do globo se estabilize com 9 a 10 bilhões de habitantes. Esta possibilidade está sendo questionada pelo esgotamento previsto do petróleo e do gás, essenciais para o modelo de produção chamado de industrial ou do agronegócio e dominante nas áreas mais desenvolvidas do mundo. Além disso, outro produto essencial para este modelo, o potássio, também já alcançou o seu pico de produção mundial. Finalmente, os recursos naturais renováveis tais como terra, água e biodiversidade estão sendo degradados em um ritmo alarmante e já provocam uma tendência crescente à diminuição da produção mundial de alimentos. As mudanças climáticas já têm e terão ainda maior impacto negativo na produção de alimentos e a disputa entre o uso de fatores produtivos para produzir energia (álcool e biodiesel) e para a produção de alimentos foi considerado o fator mais importante na última grande alta de preços dos alimentos no mundo.

Como acabamos de verificar, o modelo de produção do agronegócio não só é um fator de forte impacto negativo no meio ambiente e no clima como é incapaz de garantir o abastecimento alimentar mundial em um futuro bastante próximo. Os defensores do agronegócio afirmam que não há outra alternativa para o seu modelo, mas se isto fosse verdade o destino da humanidade seria trágico.

FRENTE À IRRESPONSABILIDADE DOS GOVERNOS, A SOCIEDADE CIVIL BUSCA UMA MOBILIZAÇÃO GLOBAL PARA AVANÇAR PROPOSTAS QUE ENFRENTEM DE FATO A CRISE



AGROECOLOGIA: UMA SOLUÇÃO, NÃO UM PROBLEMA

Dezenas de organizações de agricultores familiares, ONGs de apoio e entidades ambientalistas estarão defendendo na Rio+20 não só a prioridade para a agricultura sustentável mas medidas concretas para tornar as experiências em agroecologia que se multiplicam em todo o mundo em uma solução generalizada para as crises ambiental, alimentar, da degradação dos recursos naturais renováveis e, parcialmente ao menos, do esgotamento das fontes fósseis de energia.

As práticas da agroecologia já demonstraram seu potencial em termos de produtividade, de economia de custos, de baixo impacto ambiental e de capacidade de alimentar adequadamente a população mundial crescente, desde que os hábitos de consumo se tornem mais equilibrados e saudáveis, com menor ingestão de carnes vermelhas e maior ingestão de legumes, frutas e cereais integrais.

A questão sobre o potencial da agroecologia está na sua complexidade e diversidade e seu uso intenso de mão de obra. Estas características apontam para



sistemas produtivos baseados na agricultura familiar de pequeno porte. Os complexos sistemas da agroecologia não permitem grandes unidades de produção mecanizada ao estilo do agronegócio e estas unidades familiares de pequeno porte teriam que chegar a 40 milhões nos EUA para dar conta das necessidades do mercado interno e das exportações americanas. No Brasil, este cálculo aponta para números diferentes, da ordem de 15 milhões de agricultores familiares. A diferença se explica por diferentes bases de cálculo de produtividade e no tamanho da área média em cada país. Estas bases tem como ponto de partida os resultados obtidos pelas experiências de agroecologia em curso em cada país. De qualquer forma, seria preciso multiplicar a agricultura familiar no Brasil por mais de três e nos Estados Unidos por mais de vinte.

Embora pareça um retrocesso para alguns o fato de que uma enorme quantidade de mão de obra volte a ser alocada na agricultura, é preciso lembrar que com a crise energética vai haver uma grande liberação de mão de obra urbana, tanto na indústria como nos serviços, de modo que uma alternativa agrícola que ocupe muita

mão de obra será uma solução e não um problema.

Aos que pensam que é impossível esta transição para um sistema econômico-social com um forte componente rural, lembramos que as alternativas são assustadoras, com a combinação das várias crises mencionadas no início deste artigo. A saída para o rural vai acontecer de uma forma ou de outra, mas se ela vier como parte de uma política inteligente que antecipe a crise, o resultado será muito menos penoso para a sociedade como um todo do que se ela vier no desespero de falta de alternativas urbanas. Neste último caso, o risco de grave destruição de recursos naturais renováveis, sobretudo de solos, por neoagricultores despreparados será enorme e poderá agravar ainda mais o quadro de penúria alimentar nas próximas décadas.

Não há muitas expectativas de que os governos que se farão representar na Rio+20 terão a clarividência e a coragem de assumir as propostas que estamos defendendo na sociedade civil, mas o nosso papel será de tornar muito claro para a opinião pública mundial o que poderá acontecer se a resposta internacional às crises anunciadas for apenas “mais do mesmo”.



**JEAN
MARC VON
DER WEID**

Economista,
coordenador
do Programa
de Políticas
Públicas
da AS-PTA
Agricultura
Familiar e
Agroecologia,
e consultor da
FAO e do PNUD.

POR UMA ECONOMIA NAS MÃOS DOS 99%

02

DANIEL TYGEL

A diabetes é uma doença crônica exigente. Trata-se da incapacidade do corpo processar a glicose, que pode então existir em excesso e com isso gerar graves problemas para a saúde, desde a cegueira à morte. As causas são normalmente uma predisposição genética, mas ela se manifesta no caso de uma alimentação inadequada (excesso de carboidratos e açúcar) e vida sedentária. Quando o nível de glicose aumenta demais, é necessário injetar insulina no corpo, uma proteína que consegue processar a glicose, mas que tem também seus efeitos colaterais se utilizada em excesso. Resumindo, quem tem diabetes precisa alterar totalmente o seu modelo de alimentação e de vida: reduzir o consumo de açúcar, modificar seus hábitos alimentares, praticar exercícios físicos. A insulina é um pacote emergencial que não resolve efetivamente a situação, mas alivia uma crise.

O que isso tem a ver com a Economia Solidária e a Rio +20? Bem, imaginemos um médico que diga a um paciente de diabetes que encontrou uma solução mágica. Um novo alimento, delicioso, que não exige que se mude nada da sua alimentação, nem do seu modelo de vida. Vamos supor que este alimento é produzido da glicose, que por sua vez é a base do açúcar. É possível que uma solução proposta a partir da própria glicose resolva a diabetes, e com isso livre o paciente de ter que mudar seu estilo de vida? Esta solução é a Economia Verde.

A doença de diabetes é a atual crise da humanidade. A insulina são os pacotes estatais de ajuda de bilhões de dólares para salvar bancos e grandes empresas. A

glicose é o poder das grandes corporações e a financeirização e mercantilização da vida. A Economia Verde nada mais é que uma tentativa de solucionar a crise com os mesmos elementos que a geraram. E a alimentação e modo de vida é o modelo de desenvolvimento. Se não atacamos a raiz dos problemas, o resto é invencionice para tentar manter tudo do jeito que está. E é isso que os “médicos” do capitalismo querem oferecer como solução mágica na Rio +20, sob a égide do bonito nome “Economia Verde”. Uma falácia.

DEMOCRATIZAÇÃO DA ECONOMIA

Esta falácia se torna crime contra a humanidade quando constatamos que há alternativas à crise. Alternativas que mexem nas estruturas de poder, no modelo de desenvolvimento e produção agrícola e industrial. Que mexem na forma como se faz a economia. O caminho se encontra nos territórios, nas pessoas, numa economia centrada na vida e nas mãos dos 99% da população, como dizem os indignados em centenas de ocupações pelo mundo.

A Economia Solidária traz contribuições para uma efetiva cura desta doença civilizatória que estamos vivendo.

Para começar, o fato de não diferenciar entre quem é dono do empreendimento e quem é trabalhador faz com que as reações da Economia Solidária a momentos difíceis não gere desemprego. O “corte de mão de obra” não é uma via possível na Economia Solidária: como todas e todos são sócios, arcam com a responsabilidade e buscam outras formas de lidar com a situação. Já nas empresas convencionais, a primeira coisa

que se faz num momento de baixo crescimento é a demissão em massa, descartando seres humanos de seus lugares de trabalho, de modo a manter os lucros e ganhos dos acionistas acima de tudo.

A Economia Solidária se baseia na autogestão, ou seja, no exercício da democracia nas relações econômicas e de produção dentro de um empreendimento. E todos sabem que a democracia é uma das grandes conquistas da humanidade: onde não há democracia, há o poder indiscriminado e os abusos, como é o caso da cira da financeira e do controle das economias por poucos agentes econômicos poderosos. A Economia Solidária contribui com uma democratização da economia. É uma economia nas mãos das pessoas.

A base prática da Economia Solidária é a cooperação, a solidariedade, a territorialização e a equidade de gênero, raça e etnia. Isso é um antídoto aos principais malefícios advindos da competição desenfreada, da desterritorialização dos espaços a partir dos mercados globais que destróem o jeito de ser de cada comunidade e os vínculos comunitários e de reciprocidade, e da hegemonização da propaganda de um modo único de ser no mundo: um jeito consumista, individualista e desconectado da vida.

Mas um tipo de economia nas mãos das pessoas é viável para atender às necessidades de todas e todos?

Para responder a esta pergunta, é importante apontar outra falácia vendida para nós: a de que as empresas e corporações capitalistas são eficientes e não dependem de apoio do governo. É o exato contrário: elas recebem subsídios, isenções tributárias; financiamento abundante e barato



(só em 2010 o BNDES efetuou mais de 190 bilhões de reais em empréstimos, praticamente tudo para grandes empresas e corporações, a juros irrisórios e quase sem condicionantes); obras de infra-estrutura (portos, desvios de rios, mega hidroelétricas, estradas, ferrovias) construídas por empresas privadas com recurso público e destinadas à logística empresarial privada; fomento na forma de acesso das empresas a universidades públicas para pesquisas, entre outros benefícios. As empresas privadas vivem do governo, por isso financiam campanhas eleitorais e têm em suas mãos o Congresso Nacional e câmaras municipais e estaduais.

Já a Economia Solidária não tem tido nenhum tipo de apoio direto. Um empreendimento solidário tem que se virar em ambientes extremamente adversos, sem capital, sem assessoria técnica, com uma carga tributária pesadíssima. E ainda sim, temos mais de 20 mil empreendimentos solidários no Brasil (não se sabe a quantidade exata, pois os mapeamentos não atingiram todo o país). Isso é prova de viabilidade em condições precárias. Imagine se a Economia Solidária tivesse a mesma quantidade de benefícios, isenções e apoios públicos que é oferecida às empresas capitalistas? Quem é mais viável neste caso, ou seja, quem dá mais felicidade às

peças, mais proteção ambiental, responde mais aos anseios e necessidades de cada comunidade, bairro e cidade? Quem trabalha num empreendimento solidário é um/a cidadã/o ativa/o, que vê sentido no que faz, o que é bem diferente de um operário de uma empresa mundial que é explorado dia e noite por algum proprietário e acionistas que moram em São Paulo ou Nova York, e que não se interessam pela comunidade em que este operário está, nem por seu futuro.



O CAMINHO SE ENCONTRA NOS TERRITÓRIOS, NAS PESSOAS, NUMA ECONOMIA CENTRADA NA VIDA E NAS MÃOS DOS 99% DA POPULAÇÃO, COMO DIZEM OS INDIGNADOS EM CENTENAS DE OCUPAÇÕES PELO MUNDO



AGENDA ALTERNATIVA

Estamos nos aproximando da Rio +20, em junho de 2012. Este grande encontro internacional só terá sentido se o próprio modelo de desenvolvimento e as estruturas que o mantêm forem questionados. Dourar a pílula criando novos mecanismos de mercado, os mesmos que geraram toda a crise e concentração de renda e poder que temos hoje, será uma grande derrota para a humanidade. Se a Economia Verde sair vitoriosa, simbolizará este fracasso.

Com o objetivo de ampliar o olhar sobre as questões ambientais para além da ótica do poder das grandes corporações, ocorrerá, paralelamente ao evento oficial, a Cúpula dos Povos Rio +20. Nela estão envolvidas várias organizações, redes e movimentos populares, para discutir soluções efetivas para a crise que estamos vivendo. O movimento de Economia Solidária está contribuindo com esta atividade através da Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária (RIPESS), e aqui no Brasil pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

As propostas do movimento de Economia Solidária para a Cúpula dos Povos Rio +20 ainda estão em construção. Um marco importante neste processo será o Fórum Social Temático em Porto Alegre, no final de janeiro de 2012, em que um dos temas será “Finanças e economia justa, sustentável e solidária”. Outro momento desta construção será o V Encontro Latinoamericano de Economia Solidária, organizado pela RIPESS-Latino América e Caribe, a ocorrer nos dias anteriores à Rio +20.

Mesmo sem estarem definidas, apondo abaixo, em linhas gerais, algumas possíveis propostas da Economia Solidária para a Rio +20:

» Alteração dos fundamentos e pressupostos do modelo de desenvolvimento: Alteração de indicadores – submeter a economia à vida, e não o contrário; fim de agrotóxicos e transgênicos; reformas rural e urbana; mobilidade humana; energia descentralizada e de fontes limpas; redução drástica do consumo individual, produtivo e institucional e do uso de automóveis individuais; desenvolvimento a partir das

populações e iniciativas econômicas nos territórios, de forma democrática direta; produção agroecológica, e não do agronegócio, etc.

» Fomento e apoio a uma Economia Solidária: a garantia efetiva do direito ao trabalho associado, sem patrões nem empregados, e à organização colaborativa em redes solidárias, através de formação e assessoria técnica com base na educação popular, do acesso a crédito e tributação diferenciada, e em programas de priorização de empreendimentos e redes solidários em compras e contratações públicas, etc.

» Por um Sistema de Finanças Solidárias: valorização da economia real ao invés da economia financeira especulativa; fomento aos instrumentos populares e democráticos de financiamento, como bancos comunitários, fundos rotativos e cooperativas de crédito, ao invés de sustentar os grandes bancos cuja finalidade maior é o lucro de seus proprietários e acionistas; criação de fundos geridos com a participação de movimentos sociais e governos com o objetivo de fomentar e apoiar iniciativas de economia solidária; orientação das linhas de crédito dos Bancos Nacionais de Desenvolvimento e outros fundos públicos para os empreendimentos de Economia Solidária, através de indicadores e critérios de democracia interna, autogestão, preservação ambiental, equidade de gênero, raça e etnia e enraizamento comunitário.

» Por um Comércio Justo e Solidário: alta tributação e divulgação ampla, através de selos e marcas, dos produtos que exploram trabalhadores e geram danos ambientais e sociais; fomento a relações comerciais justas ao longo da cadeia, de forma que os produtores, consumidores e comerciantes possam cooperar de maneira transparente e democrática, como nos sistemas participativos de garantia, no fomento às feiras e comércios locais, nas redes e cadeias de produção, comercialização e consumo solidários, na organização do consumo responsável e coletivo, nas compras e contratações públicas, etc.

» Por maior transparência e democracia real nos Estados: proibição do apoio de empresas a campanhas eleitorais, realização de consultas populares e plebiscitos sobre



DANIEL TYGEL

Físico, foi secretário executivo do FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária) entre 2005 e 2011. Hoje é integrante do coletivo EITA (Educação, Informação e Tecnologia para a Autogestão).

questões estratégicas nos países, construção de mecanismos de participação e controle social sobre os governos e empresas, tanto na elaboração como na implementação de programas e ações, etc.

Além de levar propostas, é fundamental que a Economia Solidária esteja articulada com os demais movimentos sociais envolvidos e as demais pautas. É momento de união na diversidade, de cooperação, inovação e fortalecimento mútuo das organizações do campo popular. Iniciativas neste sentido já vêm ocorrendo, como o Encontro de Diálogos e Convergências em setembro de 2011.

Quando um médico insiste em oferecer como cura da diabetes os mesmos remédios baseados na glicose dos lucros desenfreados e mercantilização da vida, com a roupagem atraente de “Economia Verde”, prometendo que tudo se resolverá sem necessidade de mudança do modelo de desenvolvimento, começamos a desconfiar: será que este médico aí não está sendo patrocinado pelas grandes corporações para defender a sua sobrevivência?

É hora de trocar de médico.

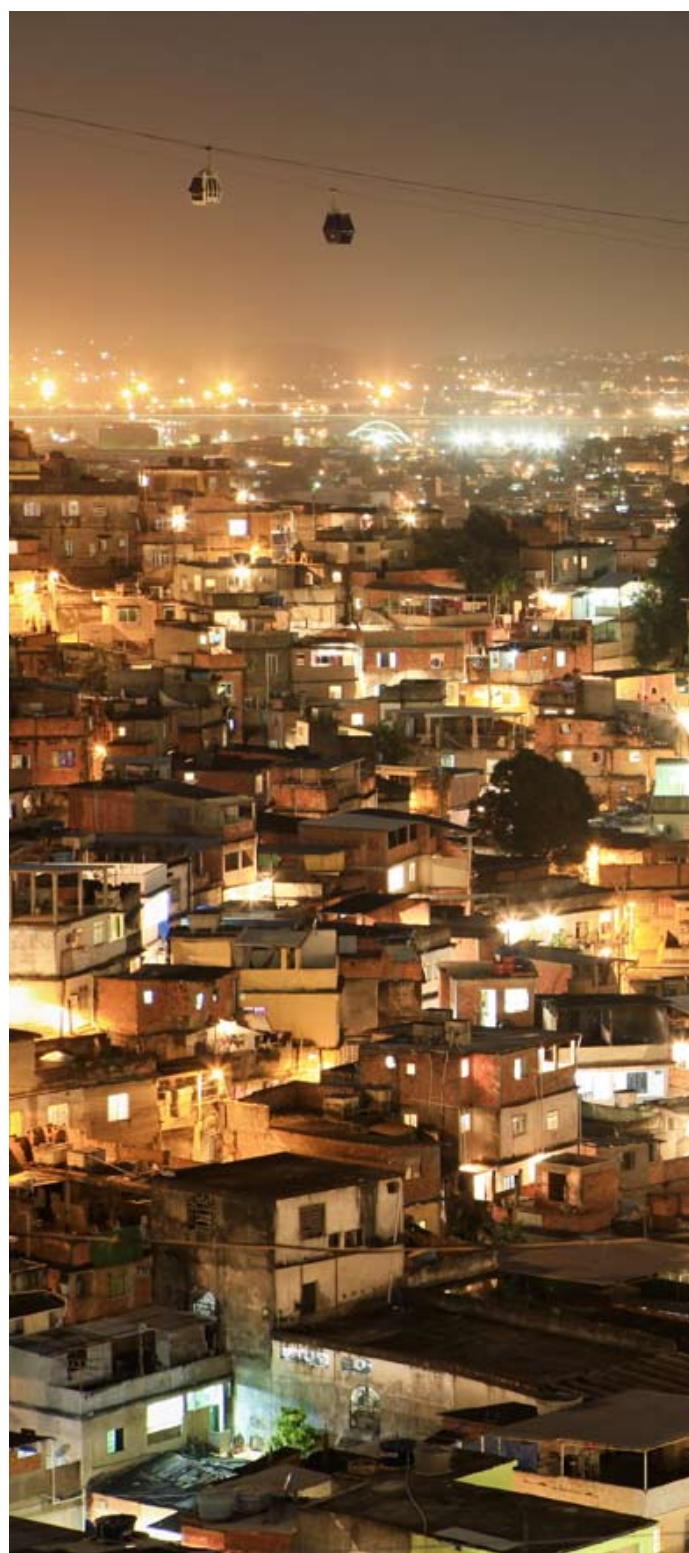
Está na hora de trilhar novos caminhos.

ECONOMIA VERDE E A ERA DO CAPITAL NATURAL

CAMILA MORENO

03

Em junho de 2012 terá lugar no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSD, por sua sigla em inglês), marcando 20 anos da histórica Rio 92. A Rio+20, como vem sendo chamada, irá tratar de dois temas principais: a *Economia Verde* no contexto da erradicação da pobreza e o quadro institucional necessário para a *Governança Ambiental Global*. Contudo, há menos de um ano da realização da Rio+20, não existe ainda um consenso sobre o que é a Economia Verde, embora agências da ONU como o PNUMA, PNUD, UNCTAD, organizações multilaterais como a OCDE, Banco Mundial, BID, o parlamento europeu e outros atores já estejam formulando definições e conceitos, definindo setores prioritários e planos setoriais, definindo metas e objetivos quantificáveis, propondo novos instrumentos financeiros e investimentos.





Na prática, o ‘esverdeamento’ da economia é um processo que já está influenciando a formulação de políticas públicas em muitos países, incluindo reformas legais e criação de marcos regulatórios, justificados com vistas a fortalecer a capacidade institucional dos países para desencadear um ‘novo’ ciclo de crescimento econômico e, ao mesmo tempo, dar conta das questões de sustentabilidade (mudanças climáticas, energia, biodiversidade, erradicação da pobreza, etc). Proposta e levada adiante em uníssono pelos principais atores do pensamento econômico hegemônico, o que realmente podemos considerar de ‘novo’ na emergente onda verde e o quanto estas propostas desafiam, substituem ou aprofundam o paradigma atual? *E o que isso tem a ver com a Economia Solidária?*

Sem dúvida, o slogan da Economia Verde e sua disseminação crescente vêm se mostrando muito efetivos – política e ideologicamente – para ajudar a consolidar uma forte *narrativa unificadora*, além de catalizar o sentido de engajamento social necessário pós-crise financeira, em um contexto global no qual as políticas nacionais e locais são crescentemente racionalizadas e formuladas como partes de um esforço global concertado para um programa de ação conjunta, associado à recuperação econômica para alguns países (União Européia e EUA) e à inclusão competitiva e estratégica na economia mundial de outros (caso do Brasil e outros emergentes). Sob outra perspectiva, a narrativa da Economia Verde vem sendo muito eficaz para dar o fôlego e a legitimidade necessárias para uma nova etapa da acumulação, alicerçada fundamentalmente no conceito de *Capital Natural* e no plano ambicioso de criar um mercado internacional para a natureza.

O MERCADO DE CARBONO FLUMINENSE

O Rio de Janeiro foi pioneiro: é o primeiro Estado brasileiro a ter uma secretaria de Economia Verde, subordinada à pasta estadual do Meio Ambiente. Segundo a cientista Suzana Kahn Ribeiro, esse é o início do processo de tornar a economia fluminense mais limpa, mais moderna e mais forte e o primeiro passo nesta rota pode ser a de tornar o Estado do Rio o primeiro da Federação a ter um mercado de carbono como existe na Europa, com a comercialização entre empresas de licenças para emitir gases-estufa. O Estado pretende estabelecer um teto para as emissões de gases-estufa e depois criar um sistema de comercialização de licenças. Este exemplo local destaca um ponto central: grande parte das propostas identificadas com a economia ‘verde’ estão ancoradas nas políticas de clima no âmbito doméstico dos países (mas também em nível estadual e municipal,

sobretudo nas grandes cidades) e vem preparando as bases de uma transição de longo prazo da sociedade com vistas a reduzir as emissões de gases de efeito estufa e lidar com a questão das mudanças climáticas.

Para isso, um passo fundamental é tomar a ‘métrica do carbono’, adotando uma medida de conversão do uso de energia fóssil, das emissões, mas também, da possibilidade de comprar e vender direitos de poluição, de ‘compensar’ os efeitos de uma atividade, pagando por outra que sequestre carbono ou que evite emissões que de outra forma ocorreriam. Na política nacional, o Brasil aposta em promover etanol e bicombustíveis, plantações de eucalipto para compensar o desmatamento, aço verde (ferro gusa produzido a partir de carvão vegetal de eucaliptos plantados especificamente para este fim) e outras ações que promovam o ‘verde’, sem afetar o desenvolvimento, o aumento do comércio internacional e as políticas de crescimento.

QUANTO CUSTA A NATUREZA

O ‘carbono’ é hoje considerado um ativo ambiental, negociado internacionalmente em bolsas de valores, como a Chicago Climate Exchange, e mercados regulados (como o sistema de comércio de emissões da União Europeia). Sobre o ‘carbono’ hoje também se criam novos direitos de propriedade, para viabilizar contratos e transações comerciais. Para além do carbono, a economia verde aposta no vultoso valor econômico (quantificável e monetário) dos chamados ‘serviços ecossistêmicos’, ou do ‘pagamento por serviços ambientais’, entre eles a regulação do ciclo das chuvas, a água, a polinização dos insetos (abelhas, morcegos) crucial para a agricultura, a respiração das florestas e a absorção do carbono e a manutenção da fertilidade dos solos, a beleza cênica... A lista é longa e a proposta é incorporar à economia atual o valor ‘invisível’ do trabalho que as funções e ciclos da natureza e dos ecossistemas – doravante considerados ‘prestação de serviços’ – agregaram, até agora gratuitamente, à economia e à sustentação da vida. Para isso é preciso dar preço à natureza. Uma premissa central da Economia Verde é que a degradação ambiental (e as múltiplas crises, entre elas a mudança do clima) é fruto de uma má alocação de capital e uma falha do mercado; para corrigir este rumo e ‘esverdear’ a economia, a engrenagem central seria incorporar a economia dos ecossistemas e da biodiversidade (que inclui a água e o carbono) à lógica do mercado. Isto depende de novos mecanismos de apropriação, privatização e comodificação da natureza e de uma legitimação social para que isso ocorra.

Mas e o princípio do poluidor-pagador e do usuário-pagador por acaso não carregam também a lógica

de que aquele que pode pagar pode poluir? Para a economia verde, antes de portadores de direitos, humanos e coletivos, os cidadãos e cidadãs seriam antes de tudo consumidores? Sob o pretexto de viabilizar uma solução efetiva e econômica para a questão ambiental e a sustentabilidade (que inclui dimensões muito mais complexas como a cultura, os valores, etc) a economia verde traz concretamente uma proposta de cercamento dos bens comuns em nome de um mundo mais 'verde' e de expandir a lógica da precificação e mercantilização com a saída pragmática para obter mudanças significativas no comportamento social. *Como a economia solidária se posiciona diante disso?*

O LUGAR DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Verde para quem? O setor corporativo, como o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), empresas internacionais de consultoria (McKinsey, Price Waterhouse, etc), bancos, seguradoras e atores emblemáticos dos setores mais contaminantes da atual economia (Shell) também apostam em um novo ciclo econômico e na transição a uma economia verde ou de 'baixo carbono'. A tradução para o português do estudo internacional que propõe uma métrica internacional para incorporar a Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade (TEEB, por sua sigla em inglês) está sendo patrocinada pela CNI-Confederação Nacional da Indústria.

Surpreendentemente, o processo de criação de um marco legal para o pagamento por serviços ambientais está avançado no Congresso Nacional; já existem mais de onze projetos de lei sob o PL 792/2007 que define a matéria. Com grande expectativa em relação a Rio+20, o governo brasileiro vem demonstrando avidez em consolidar mecanismos inovadores de financiamento – basicamente as PPPs (parcerias público-privada), contratos privados de pagamento por serviços ambientais e fomento aos mercados de títulos verdes e créditos de carbono – assim como vem referendando a inclusão do setor privado e das corporações de forma substancial como exemplo de avanço e modernização na 'gestão' do meio ambiente rumo a um novo paradigma econômico, mas também político. Em que bases se pode construir uma economia solidária e verdadeiramente sustentável tendo em vista este processo internacional em curso? A Rio+20, em junho próximo, marcará um divisor de águas neste debate.

A PRIVATIZAÇÃO VERDE

A Economia Verde se expande sobre um amplo repertório de temas, mas é central o papel dos Estados, são eles que tem a função de garantir o marco jurídico através da criação, reforma ou ajuste de parâmetros legais e normativos -- e a segurança jurídica dos contratos -- de mecanismos internacionais da economia verde, como a Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação (REDD+) e o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), assim como de incorporar as métricas internacionais (TEEB) para citar alguns dos exemplos mais emblemáticos (e controversos). Alguns dos principais mercados 'verdes' são criados por indução direta do Estado. Através de políticas públicas que têm como objetivo responder à crise climática e energética, os governos vêm criando diretivas que criam mercados mandatórios, cruciais para a 'transição verde' da indústria, como por exemplo no caso das energias renováveis, para as quais as leis criam incentivos e demandas de incremento progressivo (Programa Nacional de Biodiesel que determina a adição de biodiesel em frações crescentes à todo diesel no Brasil; mistura mandatória de etanol a gasolina). Além disso, poderia-se apontar o papel do Estado no estabelecimento de cláusulas verdes em licitações e compras públicas, no condicionamento de empréstimos públicos até normativas que re-orientam setores inteiros da economia, como por exemplo as construções sustentáveis (*green buildings*), normas de eficiência energética, etc. Este rol de temas também dialoga com as patentes verdes, as novas regulações para o uso de recursos naturais com água, ar, solo, minérios, oceanos, passando por metodologias (INMETRO, ISOs) de quantificação e verificação da capacidade de emissão e seqüestro de carbono, emissão e validação de certificados de redução de emissões (CERs), até criação de fundos e investimentos verdes (como o financiamento internacional para o clima), seguros ambientais e climáticos, compensações ambientais, impostos e tarifas verdes e a incorporação do PIB 'verde' (com a quantificação e contabilização do Capital Natural nas contas públicas).

Diante destas considerações acima, o movimento é estrutural e está consolidando uma transição econômica global rumo a mais uma etapa de privatização. É um debate urgente e necessário pautar a economia verde e o que ela traz em seu bojo, desconstruir o discurso hegemônico, expor suas contradições e visibilizar as alternativas emancipatórias e solidárias, desde os povos e o compromisso com a transformação da sociedade.



CAMILA MORENO

Com graduação em Filosofia (UFRGS) e Direito (PUC-RS) e doutora em Sociologia em CPDA/UFRRJ. Atualmente é coordenadora do Programa de Sustentabilidade no escritório do Brasil da Fundação Heinrich Boell. Áreas de interesse e publicações: movimentos camponeses e agronegócio, dimensões sociais e ambientais da biotecnologia/ impactos da agricultura de transgênicos no Brasil e na América Latina; agrocombustíveis, REDD, políticas climáticas e economia verde.

